Lei nº 659 de 11 de março de 2024.

Dispõe sobre a criação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Glória-Ba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA, BAHIA, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu promulgo e sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º Esta Lei estabelece definições, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional SIMSAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, em consonância com os princípios, diretrizes e definições fixados na Lei federal nº11.346, de15 de setembro de 2006.
 - Art. 2º A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos seus direitos de cidadão, devendo o Poder Público adotar todas as medidas que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.
 - Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica, e socialmente sustentáveis.
 - Art. 4°- A segurança alimentar e nutricional abrange:
- §1º. a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos:
 - I a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
 - II a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionals específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
 - III a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, que respeitem a diversidade cultural da população;
 - IV produção de conhecimento, capacitação e acesso à informação e a educaçãosobre qualidade nutricional e segurança biológica, com respeiţo a contaminantes (resíduos tóxicos).



CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO.

- Art. 5º O Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SIMSAN) reger- se-á pelos seguintes princípios:
- I universalidade e equidade no acesso a uma alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- Il preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III participação e controle social em: ações, planos e políticas de segurança alimentar do Município, por meio da participação da sociedade civil nos conselhos, comitês, câmaras setoriais e territoriais;
- IV transparência dos programas, ações e recursos públicos e privados, e dos critérios para sua concessão.
- Art. 6° O Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SIMSAN) tern como base as seguintes diretrizes:
- I promoção de políticas, programas e ações governamentais e não- governamentais;
- II descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre asesferas de governo;
- ili monitoramento da situação nutricional visando ao planejamento das políticas e dos planos nas diferentes esferas de governo;
- IV conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V articulação entre orçamento e gestão;
- VI estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.
- Art. 7º O Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SIMSAN) tem por objetivos: formular políticas e implementar planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Município de Glória BA.
- Art. 8º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SIMSAN, integrado por um conjunto de órgãos públicos e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicavet.
- § 1º. Os órgãos públicos ou privados que integram o SIMSAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.
- § 2º. O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SIMSAN.
- Art. 9º Integra o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional SIMSAN;
- 1 A Conferência Municipal de Segurança Álimentar e Nutricional;
- II O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA;
- III As Secretarias Municipais afins à Politicas de Segurança Alimentar e Nutricional: Saúde, Assistência Social, Educação, e Agricultura e Meio Ambiente.



SEÇÃO I DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 10 - A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Glória - BA será convocada de acordo com o cronograma definido para a realização da Conferência Estadual/ Bahia e da Conferência Nacional, tendo por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parăgrafo único. A Conferência Municipal será convocada pelo COMSEA, que definirá, de acordo com o seu Regimento Interno, a Comissão responsável pela organização deste evento.

SEÇÃO II DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA)

Art. 11 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), órgão colegiado, autônomo e de caráter permanente, composto por 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público, é vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistencia Social, e tern como objetivos deliberar, propor e fiscalizar as ações de caráter governamental e das organizações da sociedade civil, de acordo com a lei municipal específica que dispõe sobre a sua criação.

Art. 12 - O COMSEA tem como principais atribuições:

I - definir critérios para a integração das entidades públicas e da sociedade civil no SIMSAN; II - aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - apreciar e monitorar planos, programas e ações de políticas de segurança alimentar e nutricional, no ámbito municipal;

IV - manter estreitas relações de cooperação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA - BA) e com os demais Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional da região na consecução da política nacional e estadual de segurança alimentar e nutricional:

V - coordenar e promover campanhas de educação alimentar e de formação da opinião pública sobre o direito humano à alimentação adequada;

VI - apoiar a atuação integrada dos órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil envolvidos nas ações voltadas à promoção da alimentação saudável e ao combate à forme e à desnutrição;

VII - convocar e realizar as Conferências Municipais;

VIII - elaborar o seu regimento interno.

SEÇÃO III DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS AFINS À POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 13 - Aos órgãos da administração direta responsáveis pela execução da política municipal de segurança alimentar, compete:

l - desenvolver os planos, programas e ações de segurança alimentar e nutrícional, numa relação de colaboração e de parcerias;

II - rever e aprimorar, a partir das deliberações das Conferências, a execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;



- III elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da segurança alimentar e nutricional do município;
- IV fornecer dados e prestar informações para o desenvolvimento das atividades do COMSEA:
- V desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área.

Parágrafo único: A instância coordenadora da execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Glória — BA, é a Secretaria Municipal de Assistência Social — SEMAS.

CAPÍTULO III DA EXIGIBILIDADE DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

- Art. 14 A alimentação adequada, como um direito humano fundamental e corolário dos direitos à dignidade humana e da liberdade, é um direito subjetivo público, auto- aplicavel, absoluto, intransmissível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extra- patrimonial e se exerce mediante:
- I direito de petição e ao processo administrativo;
- II direito de ação individual, coletivo ou difuso, segundo os procedimentos judiciais previstos em lei:
- III inclusão nos programas e ações de segurança alimentar nutricional.
- Art. 15 A interpretação dos dispositivos desta Lei atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos.
- Art. 16 A destinação orçamentária para a realização de programas e ações de que trata está Lei possui, por sua natureza, caráter prioritário, ficando vedada a transferência dos recursos para o atendimento de política diverse, salvo situação emergencial devidamente justificada.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA, ESTADO DA BAHIA, Em 11 de março de 2024.

> David de Souza Cavalcanti Prefeito Municipal